



OFÍCIO GAB/PREF. Nº 125, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Douglas Mengoni da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Alvorada/TO

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei nº 030/2025.

Senhor Presidente,

Após cumprimentá-lo, sirvo do presente para encaminhar à Câmara Municipal de Alvorada/TO o seguinte Projeto de Lei Municipal:

- **PROJETO DE LEI Nº. 030/2025: "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA, CRIA O COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL E O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ALVORADA E REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 1.339 DE 22 DE SETEMBRO DE 2025, BEM COMO QUAISQUER OUTRAS DISPOSIÇÕES LEGAIS MUNICIPAIS QUE TRATEM ESPECIFICAMENTE DA MESMA MATÉRIA E SEJAM INCOMPATÍVEIS COM A PRESENTE LEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Na oportunidade, reitero protestos de elevada estima e consideração.

Thaynara de Melo Moura
THAYNARA DE MELO MOURA
Prefeita Municipal

RECEBEMOS
EM: 13/11/2025
CÂMARA MUNICIPAL
DE ALVORADA
às 09:22h

Thainara C. Sales Chaves
THAINARA C. SALES CHAVES
ASSESSORA DE CONTROLE INTERNO

Projeto de Lei nº 030/2025.

PROJETO Nº 030
13 / 11 / 2025
Damaris C. Sales
Câmara Municipal de Alvorada

“Dispõe sobre a instituição da Política Municipal para a Primeira Infância, cria o Comitê Gestor Intersetorial e o Plano Municipal pela Primeira Infância de Alvorada e revoga a Lei Municipal nº 1.339 de 22 de setembro de 2025, bem como quaisquer outras disposições legais municipais que tratem especificamente da mesma matéria e sejam incompatíveis com a presente Lei, e dá outras providências”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO TOCANTINS/TO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Alvorada/TO aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal para a Primeira Infância de Alvorada, estabelecendo princípios, diretrizes e competências para a formulação e implementação de políticas públicas que garantam o desenvolvimento integral de todas as crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade, em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Federal nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância).

Art. 2º A Política Municipal para a Primeira Infância rege-se pelos seguintes princípios:

- I - Prioridade absoluta no planejamento e execução das políticas públicas e na destinação de recursos;
- II - Concepção da criança como sujeito de direitos e cidadã em condição peculiar de desenvolvimento;
- III - Inclusão, equidade e respeito à diversidade;
- IV - Fortalecimento da função protetiva e educativa da família e dos vínculos familiares e comunitários;
- V - Participação da sociedade, por meio de seus representantes e fóruns de controle social;
- VI - Abordagem intersetorial e integrada na formulação e execução das políticas;
- VII - Primazia da responsabilidade do Poder Público Municipal na garantia dos direitos da primeira infância.

CAPÍTULO II – DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL

Seção I – Do Comitê Gestor Intersectorial pela Primeira Infância

Art. 3º Fica criado o Comitê Gestor Intersectorial da Política Municipal pela Primeira Infância (CGPI-Alvorada), órgão de caráter permanente, consultivo e deliberativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de articular, planejar, monitorar e avaliar a implementação desta Lei.

Art. 4º O CGPI-Alvorada será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e conselhos:

- I - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II - Secretaria Municipal de Saúde;
- III - Secretaria Municipal de Educação;
- IV - Secretaria Municipal de Administração;
- V - Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Turismo;
- VI - Secretaria Municipal de Cultura;
- VII - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- VIII - Conselho Tutelar.

§1º A coordenação do Comitê será exercida de forma rotativa entre as Secretarias de Desenvolvimento Social, Saúde e Educação.

§2º Poderão ser convidados a participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de outros órgãos públicos, do Poder Judiciário, do Ministério Público e de organizações da sociedade civil com atuação na área.

Art. 5º Compete ao CGPI-Alvorada:

- I - Coordenar a elaboração, monitorar e avaliar o Plano Municipal pela Primeira Infância;
- II - Propor fluxos e protocolos de atendimento integrado para crianças na primeira infância e suas famílias;
- III - Articular a integração das ações, programas e serviços entre as diferentes secretarias;
- IV - Promover a formação continuada e integrada dos profissionais da rede de atendimento;
- V - Fomentar a coleta e análise de dados sobre a situação da primeira infância no município;

VI - Elaborar e publicar relatórios anuais sobre os avanços e desafios da Política Municipal.

Seção II – Do Plano Municipal pela Primeira Infância

Art. 6º Fica instituído o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), instrumento de planejamento decenal, que norteará a implementação da Política Municipal.

Art. 7º O Poder Executivo, sob a coordenação do CGPI-Alvorada e com ampla participação social, elaborará o primeiro PMPI no prazo máximo de 3 (três) meses a contar da publicação desta Lei.

Art. 8º O PMPI deverá conter, no mínimo:

- I -** Diagnóstico detalhado da situação da primeira infância em Alvorada, com dados demográficos, sociais, de saúde e educação;
- II -** Eixos estratégicos, metas, prazos e indicadores de resultado;
- III -** Estratégias de ação para cada eixo;
- IV -** Previsão de recursos orçamentários e fontes de financiamento;
- V -** Metodologia de monitoramento e avaliação, com revisões a cada 2 (dois) anos.

CAPÍTULO III – DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DE AÇÃO

Art. 9º A Política Municipal para a Primeira Infância será implementada por meio de ações articuladas nos seguintes eixos estratégicos:

- I - Saúde, Nutrição e Bem-Estar:**
 - a)** Qualificação do atendimento pré-natal, do parto e do puerpério;
 - b)** Implementação ou fortalecimento de programa de visita domiciliar para acompanhamento de gestantes e crianças na primeira infância;
 - c)** Garantia do cumprimento do calendário vacinal e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento (puericultura);
 - d)** Promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável;
 - e)** Ações de prevenção e cuidado da saúde mental materna e infantil.
- II - Educação Infantil de Qualidade:**
 - a)** Universalização do acesso à pré-escola e expansão do atendimento em creches, com prioridade para famílias em vulnerabilidade;

b) Garantia de padrões de qualidade na infraestrutura, projeto pedagógico e formação de profissionais;

c) Implementação de políticas de inclusão para crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

III - Assistência Social e Proteção contra a Violência:

a) Fortalecimento do papel do CRAS e do CREAS no acompanhamento de famílias com crianças na primeira infância;

b) Criação de fluxos de atendimento prioritário e especializado para crianças vítimas ou testemunhas de violência;

c) Articulação com o Conselho Tutelar para a aplicação de medidas de proteção.

IV - Convivência Familiar e Comunitária:

a) Apoio a programas de fortalecimento de vínculos e orientação à parentalidade positiva;

b) Incentivo ao serviço de acolhimento em família acolhedora, em detrimento do acolhimento institucional para crianças de 0 a 3 anos.

V - O Direito ao Brincar, à Cultura e ao Lazer:

a) Adaptação e criação de praças, parques e outros espaços públicos para que sejam seguros e estimulantes para a primeira infância;

b) Fomento à criação de brinquedotecas e à realização de eventos culturais e de lazer voltados para esta faixa etária.

CAPÍTULO IV – DO FINANCIAMENTO

Art. 10 O financiamento da Política Municipal para a Primeira Infância será assegurado por meio de:

I - Dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente no orçamento do Município;

II - Transferências e convênios com os governos estadual e federal;

III - Parcerias com a iniciativa privada e doações de pessoas físicas e jurídicas. orçamentária própria, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 11 A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá evidenciar os recursos destinados à primeira infância, de forma a permitir o acompanhamento e o controle social.



CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário e fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 1.339 de 22 de setembro de 2025, bem como quaisquer outras disposições legais municipais que tratem especificamente da mesma matéria e sejam incompatíveis com a presente Lei.

Gabinete da Prefeita do Município de Alvorada, Estado do Tocantins, 30 de outubro de 2025.

THAYNARA DE MELO MOURA
Prefeita Municipal



Justificativa ao Projeto de Lei nº 030/2025

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores (as),

Este Projeto de Lei representa um marco para o futuro de Alvorada. Ao instituir uma Política Municipal para a Primeira Infância de forma robusta e estruturada, o Município não apenas se alinha à mais avançada legislação nacional – o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016) –, mas também aprofunda os princípios da proteção integral já consagrados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990).

A ciência é unânime ao afirmar que o investimento nos primeiros anos de vida é a estratégia mais eficaz para promover a saúde, o bem-estar, reduzir desigualdades e construir uma sociedade mais justa e desenvolvida. Este projeto transforma essa evidência científica em política pública concreta.

A competência municipal para legislar sobre o tema é solidamente amparada pela Constituição Federal (Art. 30, I e II) e pela jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal. Decisões como a do ARE 1.495.711/SP e do AgR RE 1.243.834/RJ confirmam que os municípios não só podem, como devem, legislar sobre a proteção à infância para atender ao interesse local e suplementar a legislação federal, sendo esta uma matéria de competência concorrente.

O grande diferencial desta propositura é a sua arquitetura de governança. A criação do Comitê Gestor Intersetorial (CGPI-Alvorada) é o motor que garantirá a superação da fragmentação dos serviços. Não se trata de criar mais um órgão, mas de instituir uma instância de articulação obrigatória entre Saúde, Educação, Assistência Social e outras áreas, garantindo que a criança seja vista em sua integralidade.

Ademais, a instituição do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) como um instrumento decenal, com diagnóstico, metas e indicadores, confere perenidade e seriedade à política, transformando-a em uma política de Estado, e não apenas de governo.

Os eixos estratégicos traduzem as diretrizes legais em ações práticas e mensuráveis, desde a qualificação do pré-natal até a garantia do direito ao brincar em espaços públicos.

Por todo o exposto, a aprovação deste Projeto de Lei não é uma mera formalidade, mas um ato de responsabilidade e visão de futuro. É o compromisso desta gestão e desta Casa Legislativa com as crianças de hoje, que serão os cidadãos que construirão a Alvorada de amanhã.

Gabinete da Prefeita do Município de Alvorada, Estado do Tocantins, 30 de outubro de 2025.

Thaynara de Melo Moura

THAYNARA DE MELO MOURA
Prefeita Municipal